Que rei sou eu? As características do poder monárquico em diferentes civilizações e nos dias de hoje 01/05/2012. Carta Fundamental São Paulo, p. 28 - 31, 01 maio 2012.

Pedro Paulo A Funari

A monarquia é tão antiga quanto a civilização, há cinco mil anos. Ou mesmo antes disso, dependendo de como a definirmos. No sentido literal, é o governo de uma só pessoa, mas nem todos os que governam sozinhos são monarcas: há ditadores, presidentes vitalícios e outros que governam sós, mas não são reis. Por outro lado, em Esparta, havia dois reis! Nem todas as monarquias são ou foram hereditárias, que poderia ser outro critério de definição. Na tradição ocidental, que vem da Idade Média europeia, a monarquia é um sistema hereditário, centrado no rei, mas complementado por uma nobreza de sangue. Este é o caso do Reino Unido da Grã-Bretanha, o mais conhecido e que acaba por servir de parâmetro. E, de fato, a passagem do poder de um rei para um de seus filhos já era encontrado lá nas monarquias mais antigas, na Mesopotâmia e no Egito. Quando faltavam herdeiros ou por algum outro motivo se mudava a família real, surgia o que se costuma chamar de nova dinastia. Outro aspecto que estava lá nos primórdios e continua muito recorrente é a associação do rei com a divindade. O faraó era considerado um deus e, ainda hoje, a rainha da Inglaterra é também chefe da Igreja Anglicana. Em outros casos, a autoridade religiosa coroa o rei, como foi comum em toda a Idade Média Ocidental. Após a morte, alguns reis foram canonizados, como no caso de São Luiz, rei da França (1215-1270) ou Santo Américo, rei da Hungria (século XI).

Essa perspectiva da monarquia não é exclusiva do Ocidente. Na China e no Japão, a monarquia também estava baseada em sucessão hereditária, poder concentrado no rei ou imperador, nobreza de sangue, justificação religiosa e dinastias. Essas civilizações desenvolveram-se sem contato direto com a Mesopotâmia e o Egito e, por isso, os estudiosos consideraram que essas características comuns não se deviam ao contato, mas a outros fatores. Os principais seriam os econômicos, pois as civilizações,

com sua divisão em classes, tiveram nos reis hereditários de direito divino um poderoso sistema de governo, o que permitiu o surgimento e manutenção do poder em áreas às vezes imensas. A importância da justificativa religiosa da monarquia também foi interpretada como algo que está no fundo da psique humana, pois mesmo em sociedades indígenas, o poder dos mágicos ou xamãs é muito importante e, em certos lugares e circunstâncias, reis e xamãs se confundiram. Em seguida, alguns estudiosos do comportamento dos primatas também explicaram o poder centralizado como uma tendência presente nas espécies próximas a nós – como no caso dos gorilas – e, portanto, nos nossos antepassados hominídeos.

As especificidades das monarquias, contudo, variaram e variam muito. No mundo árabe, ao lado de reis, existem líderes tribais que exercem funções semelhantes, mas em um nível mais local. Entre os hebreus antigos, os reis não foram muito duradouros, nem as dinastias estáveis, tendo desaparecido da tradição judaica. No continente africano ao sul do Saara, os reis foram muito numerosos, mas, em geral, mais como líderes tribais, como ainda hoje é a regra, mesmo em regimes republicanos. Na República da África do Sul, há o presidente eleito e diversos reis ou líderes tribais, como entre os zulus. Portanto, nem sempre reis e eleição são termos incompatíveis. No Ocidente, desde o século XVII, houve movimentos que propuseram a eliminação da monarquia ou a restrição dos poderes do rei. O caso da Inglaterra é o mais conhecido e representativo dessa tendência. No século XVII, por um breve período, a monarquia foi abolida, tendo sido restaurada em seguida, mas os poderes reais foram sendo cada vez mais limitados, em benefício do Primeiro-Ministro eleito pelo Parlamento.

No mundo atual, há dois grandes tipos de monarquia: absolutas ou constitucionais. Estas últimas são as mais comuns no Ocidente e os reis reinam, mas não governam. Este é o caso do Reino Unido, Espanha e Suécia. O poder real é muito limitado. Porque continuam a existir, então? Na maioria dos casos, há uma mistura de tradição e conveniência. No Reino Unido, a monarquia encarna a continuidade do Estado, perante a variação entre os partidos políticos que se revezam no poder. Na Espanha, por outro lado, a reintrodução da monarquia foi instrumental para o

restabelecimento da democracia, na década de 1970. Por isso, mais que tradição, a realeza espanhola é bem avaliada como garante das liberdades e da alternância no poder. Pode até dizer-se que monarquias constitucionais são, em geral, bem avaliadas e prezadas, pois representam continuidade, mas propiciando a liberdade política. Já as monarquias absolutas, ainda presentes no mundo islâmico e asiático, apóiam-se, de maneira muito acentuada, na tradição, em detrimento das liberdades civis. Mesmo as monarquias menos autocráticas, como no caso da Jordânia, não deixam muito espaço para o poder civil e, em muitos casos, essas monarquias são contestadas por movimentos rebeldes. A passagem de uma monarquia absoluta para a constitucional não é sempre fácil e, em muitos casos, a ruptura leva à abolição da monarquia e sua substituição por um regime republicano. Este foi o caso do Brasil.

Vale a pena refletir um pouco sobre a monarquia no Brasil. O Brasil foi governado por reis desde o início da colonização e, por isso, pode dizer-se que a maior parte da nossa história foi monárquica (1500-1889). A vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, reforçou muito o apelo real, pois a capital do Império Português foi, pela primeira e única vez na História, transferida da metrópole para a colônia. A realeza trouxe instituições modernas, como a Museu Real (depois Nacional) e a Biblioteca. A Independência foi obra também real e o Império do Brasil mostrou duas características importantes. Por um lado, a monarquia dava uma unidade à nação, composta por uma maioria de escravos, pois todos tinham como única igualdade o fato de serem súditos do Imperador. Por outro lado, o regime era absolutista, com o poder moderador que não deixava florescer a plena liberdade. O regime não soube passar para uma monarquia constitucional e um golpe militar pôs fim a quase quatro séculos de poder real.

O fascínio da monarquia transcende fronteiras e atrai a atenção de maneira singular. O melhor exemplo disso, é claro, está na monarquia britânica, que é objeto de atenção mesmo em países republicanos convictos, como os Estados Unidos e o Brasil. A passagem de um príncipe ou princesa, cá ou lá, causa o maior frisson. Não faltam aspirantes a noivos ou noivas. Alguns relacionam isso à persistência de imagens

monárquicas no imaginário, mesmo em sociedades sem reis de fato. O rei do hambúrguer ou do rock, por lá, e o rei do futebol e o rei momo mostram como permanece a imagem real, mesmo quando atenuada, pois são apenas metáforas, sem que o poder se exerça, de forma efetiva, por parte de uma só pessoa. Seria o uso da expressão “meu rei”, em Salvador, reveladora de quais sentimentos? Talvez não fosse demais relacionar toda essa reminiscência monárquica a inquietações profundas da alma humana e as necessidades inatas da proteção que um líder pode fornecer. No mundo animal, essa chefia não deixa de exercer um papel essencial e benigno, que nada tem a ver com dominação e imposição. Por isso também, diz-se que o presidente da república é um rei temporário, metáfora muito usada para caracterizar o presidencialismo norte-americano. A monarquia não deixa de fascinar, mesmo quando não exista senão como imagem.

Atividades

As principais características das monarquias são o poder de um só, a sucessão hereditária e a formação de dinastias, a família real e a justificação religiosa do poder real. Nem sempre todos esses fatores estão presentes, embora sejam comuns nos diversos continentes e períodos da História. Para verificar como se distribuem as características no tempo e no espaço, uma tabela pode ser montada com muito proveito. De um lado da tabela, estarão as características a serem levadas em conta:

Sucessão hereditária

Presença de dinastias

Família real com direitos especiais

Nobreza associada à realeza

Rei considerado como divino

Rei de alguma forma justificado pela religião

Monarquia absoluta

Monarquia constitucional

Essas questões serão aplicadas a monarquias no presente, com uma distribuição pelos continentes:

Europa

Oriente Médio

Ásia

África sub-saariana

América

Oceania

Nestes dois últimos, embora não haja regimes monárquicos, persistem régulos ou reis locais, caracterizados como caciques ou chefes indígenas. Isto já é um tema, pois não é a mesma coisa um rei e um cacique, mas, de todo modo, ajuda a perceber continuidades e diferenças. Em seguida, aplicam-se as questões às monarquias do passado. Como essas são inúmeras, seria mais adequado restringir a algumas das principais:

Monarquia egípcia antiga

Monarquia entre os hebreus

Monarquia chinesa

Monarquia em Esparta

Monarquia medieval e moderna na França

Monarquia britânica

Monarquia brasileira

Essas são perguntas fáceis de serem investigadas e permitirão que se observem agrupamentos significativos.

Um segundo aspecto merece ser investigado: a ligação da monarquia com os fundamentos biológicos da vida animal. Para isso, uma pesquisa sobre o papel da chefia em bandos de animais é relevante. É fácil encontrar estudos sobre como os lobos ou os pássaros são liderados. Com isso, ficará claro o papel ordenador e benéfico da chefia, assim como os conflitos que, de alguma maneira, também resultam dessa liderança, em particular no momento da escolha do líder e da sua substituição. Os estudos dos nossos parentes mais próximos, os primatas, como gorilas e chimpanzés, ajudam a entender alguns dos fundamentos da realeza e dos seus pontos fortes e fracos. O ser humano forma sociedades com linguagem sofisticada e a monarquia institucionalizada deriva da divisão e classes, que não existe entre os animais. Será importante mostrar como o poder monárquico absoluto não vem da matriz animal, mas resulta da exploração social. Há massacres comandados por reis, mas não existe um chefe de bando que extermine seus colegas de grupo.